



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 19 - Nº 350 - DE 22 DE JANEIRO A 5 DE FEVEREIRO DE 2007 - R\$ 2,00



*Greve dos advogados pode ser início de resistência do funcionalismo ao arrocho.*

**Continua a crise do governo de coalizão de Lula.  
O PMDB vai abocanhando cada vez mais espaço.  
A crise internacional acirrará as disputas.**

**As massas não devem seguir seus opressores.  
Lutar com independência pelas reivindicações!**

**Violência capitalista contra as massas empobrecidas**

**Bolívia: esmagar a  
direita com a  
revolução social**



**Burocratismo e  
divisionismo no  
Congresso da CNTE**



**Israel mata palestinos como moscas  
e estrangula Gaza com bloqueio**

## Novos passos da crise nos Estados Unidos

O montante das perdas bancárias com a bancarrota dos empréstimos de segunda linha (subprime) é de US\$100 bilhões. Mas tudo indica que o rombo integral ainda está por ser revelado. A quebra do setor imobiliário não chegou ao fim. É o que avaliam analistas econômicos da burguesia.

Dois dados da profundidade da crise financeira: 1. Citigroup teve baixa de US\$ 18,1 bilhões em ativos e prejuízo de US\$ 9,83 bilhões; 2. Merrill Lynch, US\$ 11,5 bilhões e, US\$ 8,6 bilhões. O sistema financeiro como um todo, controlado por um punhado de grandes corporações, foi abalado, se não com altos prejuízos, com redução drástica dos lucros.

O excesso de capital financeiro mundial permitiu socorros bilionários. Entraram em ação os “fundos soberanos” de países petrolíferos do Oriente Médio e de países da Ásia que detêm gigantescas reservas cambiais. Merrill Lynch concedeu ações preferenciais para corporações estrangeiras como Korean Investment, Kuwait Investment Authority e Mizuho Corporate. O mesmo ocorreu com Citigroup etc. Essa medida e a intervenção do Banco Central norte-americano evitaram desastre maior, que abalaria amplamente o sistema financeiro mundial.

Tudo indica agora que a crise se manifestará de maneira contundente no comércio e na produção. Atordoados, analistas e porta-vozes governamentais referem-se a incertezas quanto à desaceleração ou recessão nos Estados Unidos. Sabe-se que as atividades de comércio e produção serão afetados com a falência do artificioso mecanismo de especulação, que resultou em jogo entre bancos e financeiras e nos fartos empréstimos a uma camada da população que não tinha como arcar com o endividamento.

Desde 2002, ano de recessão, o governo norte-americano passou a alimentar o endividamento da população por meio de baixas taxas de juros, os bancos abarrotados de dólares se lançaram aos empréstimos sem garantia de retorno (subprime) e os empresários da construção civil se aventuraram nas construções contando também com subsídios fiscais do poder executivo.

Nos últimos anos, os Estados Unidos puderam sustentar um crescimento que,



*Crise: pânico nas Bolsas de Valores*

juntamente com a China, Índia e Rússia, ativaram a economia mundial. Mas não se desconhecia que o crescimento da economia norte-americana se devia ao endividamento generalizado da população, à queima total das parcas poupanças, à gigantesca importação gravemente desproporcional à exportação e ao crescente endividamento do tesouro nacional (déficit público). Esse quadro era apresentado como resultado de extraordinária “engenharia financeira” e de robustez dos fundamentos econômicos. Obscureciam-se o parasitismo financeiro e o consumismo especulativo.

O estouro se deu no bilionário negócio imobiliário, mas a enfermidade não se circunscreve a esse setor. Está por vir à tona o endividamento em outros ramos da produção e do comércio – a indústria automobilística é um deles. A abundância de mercadorias de importação baratas dá lugar à elevação de preços. O mesmo acontece com matérias-primas como petróleo, ferro, aço etc.

A inflação força passagem na economia mundial e se manifesta nos Estados Unidos. A recessão na maior economia do planeta já é tida como inevitável por instituições como Goldman Sachs e Merrill Lynch. Baseiam-se na elevação da taxa de desemprego, a maior nos últimos dois anos, atingindo 5% e na retração dos negócios, a começar pela construção civil. O alto consumo depende dos fartos crediários e de baixa taxa de desemprego. O enorme endividamento da população, a inadimplência das hipotecas imobiliárias

que atingem grandes estados, a alta inflacionária de produtos básicos, a contenção salarial, a volta das demissões e as dificuldades dos banqueiros regarem o consumo com rios de empréstimos compõem uma situação de queda econômica e de seguida recessão.

Cresceram e crescem as pressões para que George W. Bush vá mais além do socorro concedido no auge da crise hipotecária pelo Banco Central aos banqueiros. Em 18 de janeiro, Bush anunciou genericamente um plano fiscal no valor de US\$ 150 bilhões, equivalente a 1% do PIB, que deverá ser aprovado pelo Congresso. Industriais teriam incentivos e a população receberia uma restituição de imposto entre US\$ 800 a US\$ 1.600. Prevê-se também a redução da taxa de juro básica.

Tratam-se de medidas semelhantes às tomadas em seu primeiro mandato. Mas a situação hoje é distinta, devido a combinação de vários fatores recessivos, que poderão ser tão-somente amenizados provisoriamente. Banqueiros e frações da burguesia querem uma intervenção mais ampla e ousada do Estado. A timidez do pacote anunciado indica limites da administração Bush.

Até aqui vemos que a possibilidade da recessão ganhar corpo neste ano é grande. Essa previsão tem atormentado a burguesia e os governos dos países denominados “emergentes”, entre eles o Brasil. São países semicoloniais que, no último período, ganharam algum destaque na economia mundial, particularmente a China por seu crescimento



espetacular e por potenciar o mercado.

A pergunta que se faz é se agüentam, sem grandes conseqüências para seus crescimentos e fundamentos econômicos, um período de recessão nos Estados Unidos. Criou-se a expressão “países descolados”, para indicar que os “emergentes” não receberão impacto direto da quebra da subprime e de uma recessão conjuntural nos Estados Unidos.

O governo Lula tem sido pródigo em explicar que o Brasil está em condições de reagir à crise, apoiando-se nas reservas cambiais e no superávit primário. Não é a opinião do Banco Mundial e da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), que consideram a possibilidade de uma retração mundial.

Não há “descolamento” algum e a fortaleza econômica do Brasil é uma bravata. Multinacionais e capital financeiro internacional atuam como forças econômicas decisivas sobre o país. O grau de endividamento – dívidas internas e externas – é altíssimo. Significativa parcela das riquezas produzidas é destinada a elas. A Bolsa de Valores (Bovespa) está na dependência da especulação externa. E o superávit comercial essencial para as reservas cambiais depende de vendas crescentes ao exterior e altos preços das mercadorias de exportação.

Uma crise profunda nos Estados Unidos arrastará a economia mundial e países como Brasil, China e Índia serão barcos no mar revolto. É claro que depende do nível e abrangência da recessão nos Estados Unidos. A burguesia tem capitais para queimar, como já está fazendo com a intervenção dos Bancos Centrais das potências? Tudo indica que sim. Mas não se sabe ainda o tamanho do rombo e como poderá se espalhar pelo mundo. É provável que se queimem recursos e a crise avance assim mesmo.

As massas sempre arcam com as quebras no capitalismo: desemprego, subemprego, esmagamento salarial, alta do custo de vida e deterioração dos serviços públicos. A classe operária tem como reagir aos ataques que já ocorrem e os que virão. Conta com o lugar que ocupa nas relações de produção e capacidade coletiva de enfrentar a burguesia. Atravessa, no entanto, uma crise de direção mundial desde a destruição da III Internacional.

Na situação de crise ressalta a necessidade das massas encarnarem o progra-



*O atoleiro do Oriente Médio estrangula as margens de manobra do imperialismo*

ma de defesa da força de trabalho e de destruição do capitalismo. Impõe-se a tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

### **Crise mundial das Bolsas**

Já tínhamos escrito o texto acima quando na segunda-feira (21/1) se noticiaram quedas nas Bolsas de Valores do mundo todo. A corrida pela venda das ações indicou que a recessão nos Estados Unidos está a caminho, que o pacote de Bush não irá evitá-la e que a jogatina trilhonária nos pregões atingiu limites. O que quer dizer que a bancarrota no setor imobiliário e indícios de que a economia dos Estados Unidos sofre mudanças negativas já atingem o conjunto capitalista e atingirão mais contundentemente ainda no próximo período.

As esperanças depositadas na China, Índia, Brasil, Rússia se mostram frágeis e poderão logo se desvanecer caso os Estados Unidos reduzam as importações e caso a tendência de queda do preço das matérias primas e dos produtos agrícolas avance. Japão não tem como se dinamizar, estima-se desempenho mais medíocre do que o de 2007. Europa enfrenta pressão inflacionária, o que dificulta medidas de estímulo ao consumo.

A queda da Bolsa brasileira acompanhou a depreciação mundial atingindo 6,60%. A fuga de capitais estrangeiros da Bovespa em janeiro foi um aviso de que os especuladores não estão confiantes na capacidade do Brasil garantir alta lucratividade e evitar perdas. Ganharam muito com a sobrevalorização das ações e com altas taxas de juros, devem se resguardar com a retirada, abrindo flancos para a cri-

se se manifestar em solo brasileiro.

### **Lamurio patético**

Diante dos primeiros sintomas da crise recessiva nos Estados Unidos e da inocultável revelação do quanto é ingênua a bravata de que o Brasil está pronto para enfrentar o vendaval, Lula resolveu reclamar: “Os países da América Latina e da África passaram praticamente 30 anos sem crescer e agora encontraram o caminho. Não é possível que pessoas que não tenham casa nos Estados Unidos, não fizeram hipoteca, paguem pela crise de irresponsabilidade de alguns que resolveram ganhar dinheiro fácil como se estivessem apostando num cassino”. ( OEstado )

Lamurio patético! O “alguns que resolveram ganhar dinheiro fácil” são os mesmos banqueiros internacionais que entram e saem do Brasil, da América Latina e da África como bem entendem. O tolo ar do presidente brasileiro de “estou tranqüilo” “com os dois olhos muito abertos” reflete a subserviência da burguesia nacional ao imperialismo.

A ameaça do Presidente de que se for preciso tomará medidas para defender o Brasil da crise não vale para nada. Seu governo está atado ao grande capital das potências e este imporá suas condições e sacrifícios às massas.

Uma reversão econômica no Brasil golpeará o governo aliancista e ampliará a crise política que se arrasta desde o primeiro mandato de Lula.

Somente a classe operária com o programa antiimperialista e anticapitalista poderá enfrentar a decomposição do capitalismo.

# Balanco da situação econômica e política

## Percurso da crise política

Após um ano de governo, o quinto de seu mandato, Lula permanece em meio à crise política desfechada pelos partidos da oposição burguesa, PSDB e DEM. A derrota da votação da CPMF no Senado mostrou o quanto o governo depende da oposição e o quanto é servil à coalizão de partidos que lhe garantem a governabilidade. O PMDB, que possui a maior base parlamentar, não foi capaz de assegurar a centralização de seus senadores para garantir a vitória do governo.

O primeiro anúncio do governo foi garantir que o fim da CPMF não atingiria os interesses dos credores internos e externos, permanecia inalterada a diretriz de manutenção do superávit primário. A perda de 40 bilhões de reais no orçamento do Estado obrigou Lula a ditar um novo pacote de medidas para aumentar a arrecadação e repor parte do dinheiro perdido.

A oposição aproveitou para retomar as críticas ao governo, para denunciá-lo de não cumprimento da promessa de que não criaria mais impostos e para recorrer à inconstitucionalidade das medidas junto ao Supremo Tribunal de Justiça. O PSDB e DEM haviam feito um acordo com Lula de que votariam favoravelmente a DRU, mas com o compromisso de que o governo não aumentasse a carga tributária. Reclamaram da traição de Lula e voltaram às exigências de corte de gastos e de não aumento de impostos.

A decisão de cortar emendas parlamentares dentro do Orçamento provocaram protestos principalmente de partidos aliados. Advogados da União paralisaram contestando a quebra do acordo de reajuste salarial. Militares se sentiram atacados com o desejo do governo de suspender a promessa de reajustes ao setor, o que levou o Ministro da Defesa Nelson Jobim a negociar junto ao governo a manutenção da promessa.

Por outro lado, o PMDB exigiu os cargos negociados, entre eles o das Minas e Energia, perdido com o afastamento de Silas Rondeau, acusado no processo de corrupção da construtora Gautama. A indicação do apadrinhado de José Sarney, Edison Lobão gerou no-

vos conflitos entre governo e opositores. A nomeação do corrupto Lobão e as denúncias de falcatruas de seu filho, que assumiria a suplência no Senado, trouxe mais escândalos envolvendo as corruptelas do PMDB do Maranhão e do DEM, partido da família Lobão. Lula, submisso ao oligarca Sarney, não pôde voltar atrás, o que causou um certo desconforto com a Ministra Dilma Rousseff, que tinha o controle do ministério e que contava com o apoio do capital ligado ao setor energético. O PMDB queria o controle total desse ministério e, por isso, exigia a saída do PT do cargo de secretário-executivo e das diretorias da Eletrobrás e da Eletrosul, também ocupados por gente de confiança de Dilma. Acolpado ao ministério, há o programa que dá dividendos eleitorais, que é o “Luz para Todos”. Esse programa está sob o comando do PT e pela burocracia cutista, que relutam em deixá-lo para o PMDB. O PMDB acabou aceitando conviver com os petistas e os afilhados de Dilma. Mas as disputas interburguesas no seio do Estado tendem a aumentar.

As pressões da base aliada por cargos e liberações de recursos, as ameaças de novo apagão de energia e as denúncias do pacote de impostos em substituição da CPMF são usados pelos opositores para desgastar o governo e inviabilizá-lo em fazer o seu substituto.

## Ganha o grande capital

A burguesia ganhou como nunca nesse ano de 2007. O crescimento do PIB, que chegou a 5,2%, mais do que o dobro da média do período 1992-2002 (2,4%), favoreceu os grandes capitalistas. Mesmo assim, as taxas positivas de crescimento ficaram abaixo da Argentina (7,8%), Índia (9,%) e China (11%). Dados indicam também que o Brasil ficou abaixo da média dos países considerados “emergentes”.

A balança comercial favorável, sustentada pelas exportações de bens primários, e a expansão ainda que moderada do mercado interno, permitiu ao Brasil acumular uma reserva de 167 bilhões de dólares, aplicados em títulos do Tesouro norte-americano.

O grande capital nacional e estrange-

iro aproveitou dessa situação para aumentar a lucratividade. As multinacionais automobilísticas cresceram mais de 15%, beneficiadas pela política de créditos com prazos enormes de pagamento e pelos subsídios concedidos pelos governos. A expansão da produção das montadoras impulsionou outros setores a elas vinculados, como a de autopeças, plásticos, pneus etc. Houve um avanço de empresas capitalistas sobre a agricultura, na compra de terras e no controle da produção. O que fez aumentar a concentração da propriedade da terra e o domínio do agronegócio nas exportações do setor. Multinacionais e investidores estrangeiros passaram a comprar usinas e controlar a produção de agrocombustíveis (etanol). Como é o caso da Comanche, constituída de investidores ingleses e americanos, que compraram destilarias de álcool em São Paulo e planejam a construção de uma unidade de biodiesel no Maranhão. Da Brenco, que conta com o especulador indiano Vinod Khosla, que está construindo 5 agroindústrias no Mato Grosso e Goiás. Os grandes empresários impõem a monocultura da cana e os rumos das exportações agrícolas. O capital financeiro, protegido pelas medidas governamentais, teve lucros exorbitantes. A descoberta de um enorme campo de petróleo (Tupi), que pode aumentar em até 50% o total de reservas brasileiras, foi importante para a Petrobrás e para o governo.

Os dados positivos da economia serviram para potenciar a classe capitalista, principalmente os investidores estrangeiros e as multinacionais. Portanto, o crescimento econômico evidencia o caráter entreguista (pró-imperialista) do governo Lula e sua submissão ao grande capital nacional.

## Alta taxa de desemprego

O governo se vangloria com a elevação das taxas de emprego. A criação de 9 milhões de empregos nesses cinco anos, em geral de baixos salários e precárias condições de trabalho (até 3 salários mínimos), depois de um longo período de destruição maciça de postos de trabalho, vem sendo capitaneada pelo governo Lula. Entre os

setores que mais geraram empregos em 2007, o de serviços ficou em primeiro lugar, com 581 mil postos, depois, o comércio com 405 mil empregos e, em terceiro, a construção civil, com 76 mil postos. A agropecuária criou apenas 21 mil e a indústria de calçados, 9 mil vagas. A região sudeste continuou sendo o carro-chefe dos novos empregos.

A expansão dos grandes negócios, como vimos acima, não é sintoma de mais empregos. Os setores do agronegócio e das multinacionais são os que têm alta tecnologia e menos necessitam de mão-de-obra. O contrário ocorre com as pequenas e médias empresas que ao crescerem também possibilitam mais emprego. Um exemplo: a cada R\$ 1 milhão aplicado para aumentar a produção mas pequenas e médias empresas são criados 22 empregos, enquanto que nas grandes somente 5 postos. A concorrência com os manufaturados importados tem provocado o baixo desempenho das pequenas e médias empresas nacionais e, conseqüentemente, menor empregabilidade.

O fundamental é que a taxa oficial de desemprego continua alta (8,2%), a rotatividade é enorme, a superexploração do trabalho aumentou e a precarização dos contratos se intensificou. Os 9 milhões de empregos criados não fizeram senão repor parte da gigantesca destruição de postos de trabalho nos governos anteriores.

### **Elevação do custo de vida**

Apesar da inflação continuar em patamares baixos, os preços dos alimentos, das tarifas de serviços, do transporte coletivo e dos aluguéis estão nas alturas. O valor da cesta-básica consome boa parte dos salários dos explorados. A inflação anual medida pelo IPCA foi de 3,6% e os preços dos alimentos subiram em média 8,5%. Quanto mais baixo for o salário, maior é o peso dos alimentos para as famílias pobres. O preço do feijão é assustador, teve alta de 203% no ano de 2007. O arroz, 13%; a carne bovina, 32%; frango 28% e o milho 79%. Os milhões de trabalhadores que vivem com um salário mínimo não podem ter em sua mesa o feijão e o arroz diariamente. O custo de vida alto para a maioria explorada contrasta com o crescimento dos lucros e da riqueza concentrado nas mãos de poucos. A política do agrocombustível, que

aumenta a monocultura da cana, diminui o emprego no campo e reduz a produção de alimentos, tende a elevar o preço da cesta-básica.

Vemos que o governo tem assegurado os interesses da classe capitalista enquanto as condições de existência das massas continuam precárias e tendem a se agravar.

### **Desbloquear o movimento operário**

A resistência dos trabalhadores à política governamental ficou quase que restrita ao funcionalismo e estudantes. As medidas de Lula, para recompor parte da perda da CPMF, novamente atingirão os servidores por meio do arrocho salarial e da precarização das condições de trabalho. A educação pública contará com menos. Em nenhum momento, o governo petista aliviou a situação de penúria da saúde pública. Com o fim da CPMF, justifica menos recursos ainda.

O MST que realizou manifestações e ocupações não conseguiu arrancar do governo mais assentamentos e melhores condições de permanência no campo. Além de enfrentar a violência do latifundiário, o movimento camponês se depara com o crescimento da desnacionalização da terra. A reforma agrária exigida pelo MST não avançou. Foi o ano em que o Incra menos desapropriou fazendas improdutivas. Foram assentadas cerca de 30 mil famílias, contingente insignificante diante dos milhares de sem-terra que estão à beira das estradas. No ano passado, o que vimos foi o avanço da empresa capitalista estrangeira na compra de terras, usinas, controlando sementes, adubos, água e produção. Os assassinatos de sem-terra e a criminalização do movimento continuaram. Os capitalistas do campo e os fazendeiros permaneceram impunes. Lula não alterou nenhuma legislação para favorecer os camponeses oprimidos. Ao contrário, é um governo ajustado aos interesses dos grandes exportadores.

O problema está em que a direção do MST apóia Lula. As denúncias contra a política agrária de Lula não vêm no sentido de rompimento com o governo. Diz assim o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, sobre Lula. "... o go-

verno Lula, mais do que no primeiro mandato, se transformou em um governo ambivalente. Dentro dele há forças do capital que são a favor da monocultura e das exportações, e tem um outro setor que é a favor do camponês e da agricultura familiar. A correlação de forças dentro do governo é favorável ao agronegócio, e essa relação desfavorável só vai ser rompida quando conseguirmos aumentar nossas mobilizações na sociedade em geral". Trata-se da velha caracterização de um governo "em disputa" e não a de um governo servil à classe capitalista que administra os negócios do Estado.

A tarefa colocada é a de combater a política dessas direções, que travam o movimento e os submetem aos governos.

A classe operária esteve sob o controle das burocracias das duas maiores centrais, CUT e Força Sindical. O avanço da estatização dos sindicatos e da CUT por meio dessas direções constituiu e constituiu um grande obstáculo para a classe operária e os camponeses abreviarem sua experiência com o governo assistencialista de Lula e ganharem terreno na luta de classe.

### **Nova situação de crise**

Apesar do salário miserável, do desemprego, da fome e da miséria, o governo Lula continua arrastando milhões de explorados. Alguns milhares porque dependem do assistencialismo (bolsa-família), outros tantos porque são iludidos por suas direções sindicais, camponesas e populares e atraídos pela farsa de ser um presidente que veio da classe operária. Será por meio da experiência direta que os oprimidos se separarão de suas direções traidoras e do governo Lula. A luta conseqüente por suas reivindicações e a resistência do governo e dos capitalistas em não ceder constituirão o caminho dessa experiência.

O quadro econômico favorável à governabilidade e à política de controle dos explorados pela burocracia sindical poderá ser modificado com a crise mundial que se inicia com as quebras e recessão nos Estados Unidos. Já não se tem tanta confiança de que o Brasil está imune ao que se passa na economia da maior



potência. Os artifícios que incentivam o consumo – farto crediário e taxas de juros menores – é bem possível que estejam perto de se esgotarem. Ainda que essa possibilidade dependa em certa medida ao que acontecerá na economia mundial nos próximos meses, os fatores negativos se avolumam. A inflação pressiona pela alta, o superávit da balança comercial deu sinais de queda, as taxas de juros não podem ser rebaixadas, os especuladores das Bolsas de Valores mostram receio em permanecer no país, os indícios de retração na taxa de emprego ascendente e contenção de recursos públicos devido a perda da CPMF, tudo isso aponta para mudança de curso da economia no próximo período. É claro que se trata de uma probabilidade, a mais provável.

É preciso acompanhar os fatores da crise mundial e nacional que tenham re-

percussão sobre a vida das massas.

### **Responder com a unidade dos explorados**

As reivindicações que levarão os trabalhadores a se afastarem do governo Lula serão extraídas das novas condições econômicas e sociais.

As crises no seio do Estado têm se circunscrito às disputas interburguesas. O que ocorreu com a CPMF refletiu uma mudança nos atritos da Oposição com o governo. No primeiro mandato de Lula, prevaleceram os embates em torno da corrupção. No segundo mandato, esse embate permaneceu voltado ao PMDB, que sustenta a aliança governamental, mas com a CPMF se delineou o choque em torno das diretrizes da política econômica. As disputas interburguesas pela condução da política econômica, tudo

indica, ganharão amplitude, principalmente se se manifestar queda econômica.

É fundamental travar a luta contra a influência dessas disputas sobre as massas oprimidas. O Manifesto “Por uma Reforma Tributária Justa”, assinado por lideranças sindicais, pela direção do MST (Stédile), por representantes do PSOL (Plínio de Arruda Sampaio), representantes da Igreja e intelectuais, mostra como setores ditos de esquerda usam as disputas interburguesas para arrastar os explorados por detrás delas e evitar que se lancem à luta por suas próprias reivindicações.

A tarefa colocada é a de unificar a classe operária, camponesa e a classe média urbana empobrecida contra o conjunto da política burguesa e a favor de um programa de defesa de vida da maioria e pelo fim do capitalismo.

## **Decomposição do capitalismo: violência urbana**

Baseado em dados do SUS, do Ministério da Saúde, o economista Daniel Cerqueira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), concluiu que em 30 anos ocorreram 1 milhão de homicídios no Brasil. Mais precisamente: a pesquisa parte de 1979, portanto 30 anos se completarão em fins de 2008. Nos 29 anos passados, os homicídios estão próximos de 1 milhão, o que indica que dentro de mais um ano serão completados.

A média anual é de 33.330 mortos. Por dia, a média chega a 91 assassinatos. Considerando a década de 2000, “a taxa de homicídios chegou a 28,5 por 100 mil habitantes, quando foram mortas 49,5 mil pessoas”. (O Estado) Apesar da pesquisa identificar uma queda desse número a partir de 2003, não significa uma reversão nesse quadro dramático.

A divulgação desses números levou a comparações com países em situação de guerra: “Angola levou 27 anos para atingi-la, mas estava oficialmente em guerra civil”. Daniel Cerqueira explica assim - “Tem dois pontos que são combustíveis da hipercriminalidade: a desigualdade social e a falta de um sistema coercitivo. O que a gente tem no Brasil é um sistema de segurança pública falido”.

Resposta genérica quanto à desigualdade social e falsa quanto ao sistema coercitivo. A fonte da criminalidade está nas relações de produção e distribuição de ri-

queza, assentadas na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da maioria. A alta concentração de riquezas de um lado e a miséria da maioria de outro engendram todo tipo de chaga social. A suposição de reduzir as desigualdades sociais faz parte do ideário reformista, não aplicável e já comprovadamente fracassado. Em relação ao sistema coercitivo, não faltam teses de política de prevenção, polícia científica, educação humanizadora dos agentes repressivos, integração das instituições policiais com as comunidades etc. Há muito as condições econômicas e sociais do capitalismo se encarregaram de demonstrar que se trata de mais uma demagogia reformista. Não há como reduzir drasticamente a miséria, tornar os ricos menos ricos, desconcentrar a propriedade, elevar a cultura das massas exploradas e, assim, ter uma polícia que prevenisse, evitasse homicídios e ela mesma matasse menos.

1 000 000 de assassinatos expressam a barbárie capitalista. Conjunturalmente, pode haver redução da mortandade, mas a tendência geral é de aumento. A burguesia e suas instituições podem expor os números estarrecedores, porque são responsáveis por eles e os controlam estatisticamente, mas não podem apresentar reais soluções. A crítica pequeno-burguesa de que é preciso um sistema coercitivo mais eficaz não faz senão exigir mais violência policial.

Se o capitalismo apodrece e incentiva crescentemente a criminalidade, não lhe resta outra saída para defender o bem estar da classe média rica e da classe burguesa senão agir como em guerra. A estatística não mostrou quantos jovens estão entre o 1 milhão de mortos e quantos assassinatos se devem à própria polícia e aos grupos de extermínio. Certamente, são muitos.

A luta contra essa mortandade diz respeito à defesa da vida das massas oprimidas, que, além da miséria, pagam com alta taxa de mortos por assassinio. A burguesia não pode solucionar a barbárie do seu sistema econômico, mas a classe operária, juntamente com os camponeses pobres, pode. A dificuldade está na ausência do partido revolucionário e na situação embrionária do POR. Tem a ver com o programa econômico, político, social e histórico.

O combate à barbárie parte das reivindicações elementares de salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho, escola e trabalho para todo jovem e chega à luta pelo poder do Estado. As massas em luta por suas reivindicações se potencializarão para transformar a grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. A construção do Partido Operário Revolucionário é essencial para sepultar o capitalismo e a barbárie social.

# Medidas de Lula golpeiam mais ainda o funcionalismo

A grande maioria dos servidores federais tem seus salários archoados, são superexplorados e sofrem a destruição de conquistas nos Planos de Cargos. Uma camarilha de funcionários desfruta os altos salários, as riquíssimas aposentadorias e as benesses dos cargos. Estão eles na cúpula do judiciário, da polícia, nos cargos executivos do governo e no Parlamento. Constituem uma máfia que manuseia os recursos do Estado e servem aos interesses da classe capitalista. Nada têm a ver com os trabalhadores dos serviços públicos, mas são usados para reprimir suas manifestações, punir com processos lideranças do funcionalismo, legislar contra suas vidas, proteger o Estado burguês e para desmoralizar a classe. Sobre esta casta da burocracia do Estado não pesam as medidas impostas por Lula.

Os funcionários públicos fizeram greves exigindo a reposição de perdas salariais. No ano passado, os servidores do Ibama, Inbra, previdência e de universidades e escolas técnicas realizaram paralisaram o trabalho e alguns setores ficaram 4 meses em greve. A campanha da burguesia por meio da imprensa foi no sentido do governo cortar o ponto, descontar os salários e aprovar uma legislação anti-greve. O Supremo Tribunal Federal decretou a regulamentação da lei que pune o funcionalismo em greve.

Foram feitas algumas propostas de reajustes para pôr fim ao movimento. Para o Inbra, de 12 a 13%; para os previdenciários, 24% a 40% e para a Funai, 12%. Mas não saiu do papel. A situação se agravou quando o governo foi derrotado na votação da prorrogação da CPMF. Lula aceitou o acordo da oposição burguesa de corte de gastos, que atinge os servidores federais. É bom lembrar que o programa de desenvolvimento (PAC), apresentado no início de seu segundo mandato, já previa o arrocho salarial para esse setor. A justificativa de Lula de que sem a CPMF não é possível manter as promessas de reajustes é uma inverdade. Os dados falam por si só: o período de vigência da CPMF, de 1997 a 2007, houve uma arrecadação de 216 bilhões de Reais. O funcionalismo não viu a cor desse dinheiro. A saúde piorou, as verbas educacionais não saíram dos 4% do PIB, a Previdência está sucateada e as condições de trabalho e de existência dos servidores foram golpeadas.

## **Burocracias sindicais estão mendigando ao governo**

Dirigentes sindicais, sob a pressão das bases, correm atrás do governo para conseguir algumas migalhas e evitar que haja mais um ano de greve do funcionalismo.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) aproveitou o seu congresso e reuniu a burocracia dos sindicatos para pedir a Lula uma medida provisória que garanta a promessa do petista de instituir um piso salarial nacional. Abandonaram a campanha que faziam em torno do piso de R\$ 1.050,00 e aceitaram R\$ 950,00 por 40 horas semanais. Lula reafirmou que a educação estava na lista de cortes de gastos e que alguns projetos do MEC já haviam sido cancelados. Mas diante dessas direções que apóiam seu governo, Lula disse que se empenharia em fazer uma medida provisória em torno do piso. Concretamente, a burocracia saiu sem nada.

A Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais

(Condsef) correram atrás de Lula suplicando que repusesse a inflação de 2008 e garantisse para 2009 e 2010. Um dos dirigentes disse que estão dispostos a negociar e a greve “só acontece se o governo quiser”. O Ministro petista do Planejamento, Paulo Bernardo, enfatizou que não haverá negociação salarial enquanto o governo não recuperar os bilhões que perdeu com a CPMF.

Como se vê, os burocratas fazem de tudo para evitar novas greves do funcionalismo, que possam desgastar a governabilidade de Lula, nesse ano de eleições municipais. Lula, por sua vez, está submetido às pressões da oposição burguesa que exige cortes de despesas e está obrigado a manter o superávit primário, exigência da diretriz do grande capital estrangeiro. Certamente, não terá como molhar a mãos da burocracia sindical.

## **Governadores e prefeitos seguirão as medidas de Lula**

Os governos estaduais e municipais, mesmo os que são de oposição a Lula, imporão mais arrocho, destruição de direitos e sucateamento de serviços públicos. Alguns estados tiveram aumento de arrecadação de impostos, mas a política salarial para o funcionalismo é a de não reposição de perdas. Um exemplo: O PSDB está no governo de São Paulo há mais de 12 anos e o funcionalismo vive condições de penúria. Serra e Kassab (PSDB/DEM) colocaram-se em favor das medidas de cortes de gastos, que certamente atingirão os míseros salários do funcionalismo.

No ano passado, o funcionalismo paulista realizou algumas manifestações, particularmente a educação. Mas os governos não cederam. Ao contrário, enrolaram as burocracias sindicais em torno de um suposto estudo do “impacto do reajuste no orçamento”. Aproveitaram o final do ano letivo para impor medidas severas contra o funcionalismo, com o objetivo de inviabilizar o movimento grevista.

Em vários estados, houve greves e manifestações dos servidores públicos. Em Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte entre outros, as greves foram longas mas sem conquistas materiais para os trabalhadores.

Diante da manutenção da política de miséria imposta pelos governos, a tendência é aumentar os descontentamentos.

## **Preparar as condições para enfrentar os governos**

Para o funcionalismo não há outra saída senão se colocar pela luta. As burocracias sindicais, como vimos, tentarão evitar que os servidores ganhem as ruas e deflagrem greves por todos os lados. Esse é um obstáculo que o movimento terá de enfrentar.

O ponto de partida para a defesa do salário, das condições de trabalho e das conquistas sociais está na organização e na defesa da democracia sindical. Para isso, é fundamental a exigência de assembléias para que o funcionalismo aprove as reivindicações e o método para conquistá-las.

A força do movimento dependerá da unidade do funcionalismo, seja ele, federal, estadual e municipal. A campanha difamatória dos capitalistas, governos e da imprensa deverá ser enfrentada também por meio da organização dos explorados em comitês de luta nos bairros.

# XXX Congresso da CNTE: avanço do burocratismo e do divisionismo

Entre os dias 17 a 20 de janeiro, realizou-se o XXX Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em Brasília, com cerca de 1890 delegados provenientes de 36 sindicatos de professores e funcionários de escolas públicas de todo o país. Avanço do burocratismo da direção da Confederação e do divisionismo de boa parcela de seus opositores foi a marca deste congresso.

## **BUROCRATISMO**

No XXX Congresso, a diretoria majoritária da CNTE avançou em sua colaboração com o governo Lula. Aprovou o Plano de Desenvolvimento da Educação, cujos pontos considerados insuficientes serão fruto de negociação com o Ministério da Educação; reforçou seu apoio ao FUNDEB; aprovou a continuidade da defesa do Piso Salarial Nacional Profissional, que possivelmente ficará entre R\$ 850,00 (proposta do governo) a R\$ 950,00 (proposta parlamentar); dentre outras migalhas e capitulações. Mais grave: convidou o Ministro da Educação, Fernando Haddad, a participar do congresso e, diante da reação dos lutadores que o expulsaram, no dia seguinte ao término do encontro, correu entregar-lhe uma moção de repúdio apresentada e aprovada fraudulentamente além de um pedido formal de desculpas pela “ato de violência de uma minoria”. Finalmente, esta burocracia deu um golpe na eleição para reeleger-se, valendo-se indevidamente de votos de uma chapa adversária que não conseguiu o corte cutista de mínimo de 10%, para ficar com a totalidade dos cargos, eliminando a proporcionalidade.

## **DIVISIONISMO**

No Congresso, a Conlutas e Intersindical atuaram conjuntamente propondo a desfiliação da Confederação e dos sindicatos por meio da realização de plebiscito. Os poucos sindicatos já desfiliaados da CUT ameaçam deixar a CNTE, se não ocorrer a desvinculação com a Central.

Se o ponto principal do congresso para os burocratas da direção era o apoio aos projetos e medidas de Lula, para os divisionistas era a cisão da CUT. Os delegados não aprovaram a desfiliação da CNTE e nem mesmo consulta via plebiscito.

A ruptura proposta pela Conlutas / Intersindical gerou a polarização: defesa ou não da CUT, isto é, defesa ou não deste aparelho, quando importava polarizar entre uma política classista e uma política colaboracionista levada a cabo pela direção da Central. A preocupação aparelhista do PSTU / PSOL acirra a intolerância da base despolitizada com aqueles que lutam contra o burocratismo: tudo o que se propõe é considerado como medida de enfraquecimento / desagregação da Central e da Confederação e, portanto, de interesse dos trabalhadores da educação.

O divisionismo do PSTU / PSOL tem criado um obstáculo à construção de frentes revolucionárias no interior do movimento sindical, construída através de um programa unitário. Isso impossibilitou uma chapa unificada com todas as correntes que se opõem à burocracia. Além disso, esses divisionistas se

uniram à burocracia petista e estalinista quando da apresentação de um painel sindical: dividiram as intervenções que deveriam ser do plenário entre suas correntes, deixando outras correntes sem possibilidade de se manifestarem.

O PC do B, que criou a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), em dezembro, rompendo com a CUT, no Congresso, escamoteou sua posição, fazendo frente com a Articulação Sindical em diversos momentos e, inclusive, montando nova chapa para a eleição de diretoria. Fez demagogia de que atualmente não é mais necessária unidade organizativa, só de ação.

O fundamental é que diante dos ataques promovidos pelos governos e da colaboração da burocracia da CNTE, mais do que nunca é necessária a unidade entre os opositores para varrê-la da entidade e transformá-la em um campo de luta classista. Entretanto, a política de correntes da oposição é a de fortalecer a Conlutas e a Intersindical “como alternativa” à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à margem dos trabalhadores. Esta política tem deixado a burocracia mais livre para avançar no apoio à Lula.

## **BUROCRATISMO E DIVISIONISMO NA ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA**

A falsa polarização entre defesa ou não da CUT tomou conta do processo eleitoral. De um lado, havia as chapas “cutistas”: *Luta e Compromisso*, capitaneada pelo PT e PCdoB e *Em defesa da CNTE e da CUT*, proposta pela corrente O Trabalho. De outro, havia a chapa da Conlutas / Intersindical: *Contra as reformas neoliberais por uma CNTE democrática e de luta*, com a participação das correntes que seguem a política do PSTU.

Venceu a chapa do PT/PCdoB com 1476 votos, de um total de 1890. A Conlutas / Intersindical ficaram com 348 votos e a chapa de *O Trabalho* com 40 votos. Há denúncias de que houve fraude e a chapa da burocracia não obteve mais de 80% dos votos como alega. A fraude serviu para impedir que os opositores tivessem direito a compor a direção, segundo o critério de proporcionalidade proposto pela própria burocracia.

## **Nossa posição**

A Corrente Proletária da Educação, órgão do Partido Operário Revolucionário, atuou no Congresso da CNTE intervindo na questão do divisionismo do movimento dos trabalhadores. Destacou que a CUT e a CNTE possuem direções burocráticas que travam a luta dos trabalhadores, porém, o problema está nessas direções e não nas entidades. Defendeu a fração revolucionária para varrer a burocracia e a real independência da CUT e da CNTE frente ao governo Lula e partidos burgueses. Diante da eleição para a direção da CNTE, o POR foi obrigado a se colocar pelo voto nulo para se contrapor ao burocratismo e ao divisionismo. Outros aspectos da intervenção do POR serão expostos no balanço completo que será publicado no próximo Massas.

Publicamos a seguir o Manifesto distribuído no Congresso



## Carta aos delegados ao Congresso da CNTE

# Sobre a divisão e desfiliação da CNTE da CUT

O ponto central do Congresso será a discussão sobre a desfiliação ou não da CUT. No caderno de teses, há duas posições: a da cisão da CUT e a contrária ao rompimento. As correntes que se posicionam pela cisão se apresentam com duas propostas: 1) desfiliação imediata da CNTE da CUT; 2) plebiscito para a desfiliação dos sindicatos filiados à CNTE. Entre as que defendem a não divisão estão: Articulação e seus aliados que sustentam a política da burocracia da CUT e a do POR que combate a direção burocrática, defende a unidade organizativa dos trabalhadores e propõe constituir uma fração revolucionária no interior dos sindicatos e Central.

Na verdade, há duas políticas divisionistas: a do PSTU, que dirige a Conlutas, e a do PCdoB, que fundou a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Os defensores da Intersindical estão com a Conlutas.

Diante dessa situação, é necessário responder às propostas que levam à cisão e apontar o caminho de combate à burocracia traidora da CUT.

### I. Divisionismo encabeçado pelo PSTU

A tese da Conlutas propõe que o Congresso da CNTE aprove: “Que os sindicatos afiliados realizem plebiscito em suas bases pela desfiliação ou não dos mesmos da CUT”. Diz que é preciso “unificar os que defendem a independência e autonomia dos sindicatos”. Em relação à CNTE, não propõe a desfiliação imediata da CUT, fala em “construir uma alternativa de direção” e propõe alterações nos estatutos.

Em relação ao plebiscito para desfiliar os sindicatos, o POR considera um método estranho à democracia operária. É um mecanismo que apela para a decisão individual, reforça a dispersão, o apoliticismo e o conservadorismo de parte dos trabalhadores. O método da democracia operária é o da decisão coletiva. Por isso, a decisão de permanência ou não na CUT deve ser por meio de assembléias gerais ou congresso.

### 2. Divisão encabeçada pelo PCdoB

A Corrente Sindical Classista, que saiu da CUT e formou a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), mascara seu divisionismo defendendo a “unidade de ação” das várias centrais, organizando-se uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) para forjar uma luta comum.

Os estalinistas, que no passado eram contrários à filiação da CNTE à CUT e estavam unidos com os interventores sindicais da ditadura militar, passou anos na direção da CUT e, agora, em função da legalização das Centrais pelo governo Lula, encabeçam um movimento pela criação de outro aparato. Querem uma Central sob seu controle, regada de dinheiro do imposto sindical, para praticar sua política de colaboração de classe. O congresso deve rechaçar o divisionismo e o burocratismo aparelhista do PCdoB.

### Conseqüências do divisionismo

A divisão da CUT só vem agravar a dispersão e enfraquecer a luta pela unidade organizativa e política dos trabalhadores. Não é por acaso que já existe a divisão entre CUT, Força Sindical e outras, que se contrapõe a uma única Central independente e constituída como estado-maior da luta da maioria oprimida, sob a direção da classe operária. Novas divisões for-

talecem a atomização do proletariado. Refletem a disputa aparelhista entre os que até pouco tempo estavam na direção da CUT e pouco fizeram contra a estatização da Central, levado a cabo pela política do PT. Por parte do PCdoB, que apóia o governo Lula/PT, não há o que estranhar. Os estalinistas são burocratas divisionistas. Os morenistas do PSTU tomaram a dianteira da cisão e acabaram se colocando no mesmo campo dos estalinistas, que é o da cisão da Central. Morenistas e estalinistas agem por cima das necessidades dos trabalhadores, que permanecem alheios às disputas interburocráticas.

O resultado da votação (desfiliação ou não) não solucionará o problema da burocratização e da estatização dos sindicatos e centrais. Uma parte dos sindicatos, que eram filiados à CNTE, já estão desfiliaados da CUT. Portanto, vão a CNTE com o objetivo de não acatar a decisão de não desfiliação. O plebiscito proposto pelo PSTU, caso seja aprovado, não será colocado em prática pelas direções dos sindicatos vinculados à CUT. Por outro lado, a direção da CNTE, que é uma burocracia governista, continuará dirigindo outras dezenas de sindicatos e impondo a política de fragmentação das lutas e de defesa das reformas anti-trabalhadoras do governo.

### Combater a burocracia da CNTE

A CNTE não tem contribuído para a centralização da luta, isto é, para a organização do movimento nacional dos profissionais da educação. Ao contrário, tem colaborado com a política do governo Lula que destrói a escola pública, promovendo sua mercantilização, e ataca os trabalhadores, piorando suas condições de vida e trabalho e responsabilizando-os pelo fracasso da educação. Isso ocorre, entretanto, por causa de sua direção.

Mas não podemos confundir a entidade com sua direção. Uma entidade é classista ou colaboracionista devido à política de quem a dirige. A CNTE, CUT e a maioria dos sindicatos são dirigidos pelo reformismo petista. São direções que trabalham pela estatização dos organismos dos trabalhadores. São contrários aos métodos e ao programa da classe operária.

Cabe aos trabalhadores combater essa burocracia. E isso se dará por meio da luta no seio dos explorados e no interior dos sindicatos, da Confederação e da Central, por mais fechados e repressivos que sejam.

Tese da Corrente Proletária propõe:

O POR é contrário a cisão aparelhista que se trava no movimento dos trabalhadores e estudantes. Por isso, não defende a desfiliação da CUT, mas sim a luta em seu interior, por meio das frações revolucionárias, para derrotar a burocracia. Para isso, propõe:

1. Rechaçar o divisionismo que campeia solto no movimento sindical;
2. Defender uma verdadeira Central única, classista e de luta de classes;
3. Derrotar a burocracia estatizante da CUT;
4. Lutar pela independência e democracia sindicais;
5. Rechaçar o reconhecimento estatizante das Centrais;
6. Pôr fim ao confisco dos assalariados na forma do imposto sindical e das taxas negociais;
7. Que as Centrais e os sindicatos sobrevivam com as contribuições dos trabalhadores;
8. Defender os métodos coletivos próprios da classe operária.

# AS TÁTICAS DA FRENTE ÚNICA

( León Trotsky)

## I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A FRENTE ÚNICA

1. A tarefa do Partido Comunista é de dirigir a revolução proletária. Com o objetivo de orientar o proletariado para a conquista direta do poder, o Partido Comunista deve basear-se na predominante maioria da classe trabalhadora.

Se o Partido não conta com essa maioria, deve lutar para alcançá-la.

O Partido só pode alcançar esse objetivo se for uma organização absolutamente independente, com um programa claro e uma rigorosa disciplina interna. Eis por que o Partido teve de romper ideológica e organizativa-

mente com os reformistas e centristas que não lutam pela revolução proletária, que não têm a capacidade nem o desejo de preparar as massas para a revolução e que, com sua conduta, barram essa tarefa.

Aqueles membros do Partido Comunista que se lamentam da cisão com os centristas, em nome da “unidade de forças” ou da “unidade de frente”, estão demonstrando sua incompreensão do ABC do comunismo, e que estão nas filas do Partido Comunista só por acidente.

2. Depois de assegurar uma completa independência e homogeneidade ideológica de seus quadros, o Partido Comunista luta para influenciar a maioria da classe operária. Esta luta pode assumir um caráter rápido ou lento, o que depende das condições objetivas e a eficácia da tática seguida.

Mas é bem evidente que a vida de classe do proletariado não se detém nesse período preparatório para a revolução. Os choques com os industriais, com a burguesia, com o aparato do Estado, já respondem à iniciativa de um setor ou de outro, seguem seu curso.

Nesses choques, que já envolvem, sejam os interesses do conjunto do proletariado, ou de sua maioria, ou a este ou outro setor, as massas operárias sentem a necessidade da unidade de ação: da unidade para resistir ao ataque do capitalismo, ou de unidade para tomar a ofensiva contra ele. Todo Partido que se oponha mecanicamente a essa necessidade do proletariado de unidade na ação, será condenado infalivelmente pelos operários.

Por outro lado, a questão da Frente Única não é, nem na sua origem, nem na sua essência, uma questão de relações mútuas entre a fração parlamentar comunista e a socialista ou entre os Comi-

tas não assume um significado político e organizativo decisivo. Em tais condições as ações de massa permanecem sob a direção das velhas organizações que continuam jogando um papel decisivo em virtude de sua tradição ainda poderosa.

Por outro lado, o problema da Frente Única não surge nos países onde – Bulgária por exemplo – o Partido Comunista é o único dirigente das massas exploradas.

Porém onde quer que o Partido Comunista constitua uma força política poderosa e organizada, mas não com uma grandeza decisiva – ali onde o Partido abarque organizativamente, digamos uma quarta parte, uma terceira e ainda

uma proporção maior da vanguarda proletária organizada – se encontra diante do problema da Frente Única em toda sua agudeza.

Se o Partido conta com uma terceira parte ou a metade da vanguarda proletária, logo o restante se encontrará organizado pelos reformistas ou centristas. É bem evidente que os operários que ainda apóiem os reformistas e centristas se interessem vivamente por manter os níveis de vida mais

elevados e a maior liberdade de ação que seja possível. Em conseqüência, devemos projetar nossa tática de evitar que o Partido Comunista, que no futuro próximo abarcará os três terços do proletariado, se converta em um obstáculo organizativo no caminho da luta proletária atual.

Ainda mais, o Partido deve assumir a iniciativa de assegurar a unidade na luta presente. Somente assim o Partido se aproximará daqueles dois terços que ainda não seguem sua direção, que ainda não confiam nele porque não o compreendem. Somente desta maneira o Partido pode ganhá-los.

Se o Partido Comunista não tivesse rompido drasticamente e de forma irre-



tês Centrais, de ambos Partidos, ou entre “L’Humanité” e “Le Populaire”. O problema da Frente Única – apesar do fato de que é inevitável uma cisão nesta época entre as organizações políticas que se baseiam no proletariado – surge da urgente necessidade de assegurar para a classe operária a possibilidade de uma Frente Única na luta contra o capitalismo.

Para aqueles que não compreendem esta tarefa, o Partido somente é uma sociedade propagandística, e não uma organização para a ação de massa.

3. Nos casos em que o Partido Comunista ainda permanece como uma organização composta por uma minoria numericamente insignificante, a questão de sua conduta na frente de luta de mas-

vogável com os Sociais Democratas não se teria convertido no Partido da Revolução Proletária. Não teria podido dar os primeiros passos sérios no caminho da revolução. Teria permanecido como uma válvula parlamentar de segurança para o Estado burguês. Quem não compreende isso, não conhece a primeira letra do ABC do comunismo.

4. Se o Partido Comunista não procurasse construir um caminho organizativo, ao final do qual fossem possíveis em qualquer momento ações coordenadas conjuntas entre as massas comunistas e as não comunistas (incluindo as que apóiam a Social Democracia), mostraria claramente sua incapacidade para ganhar – sobre a base de ações de massas – a maioria do proletariado. Degeneraria em uma sociedade de propaganda comunista, nunca se desenvolveria como um partido que luta pela conquista do poder.

Não é suficiente contar com uma espada, tem de estar afiada; não é suficiente estar afiada: tem de saber usá-la.

Assim que separar os comunistas dos reformistas, não é suficiente fundir os comunistas entre si por meio da disciplina organizativa; é necessário que esta organização aprenda a guiar todas as atividades coletivas do proletariado em todas as esferas da luta de classe.

Esta é a segunda letra do ABC do comunismo.

### **DIRIGENTES REFORMISTAS NA FRENTE ÚNICA**

5. A Frente Única abrange somente as massas trabalhadoras ou incluem também seus dirigentes oportunistas?

Só o fato de fazer esta pergunta demonstra incompreensão do problema. Se pudéssemos simplesmente unir o proletariado em torno de nossa bandeira ou em torno de nossas consignas práticas, e passar por cima das organizações reformistas, sejam partidos ou sindicatos, logicamente, este seria o melhor do mundo. Neste caso, o problema da Frente Única não existiria na sua forma atual.

A questão surge do fato de que alguns setores muito importantes do proletariado pertencem a organizações reformistas ou as apóiam. Sua experiência atual é demasiada insuficiente para permitir-lhes abandoná-las e unir-se a nós. É precisamente, assim que intervir naquelas ativi-

dades de massas que estão na ordem do dia, que se produzirá uma grande virada na situação.

É isto que perseguimos. Porém, os fatos ainda não têm estas características: atualmente o setor organizado do proletariado está dividido em três agrupamentos.

Um deles, os comunistas, tem como objetivo a revolução social e precisamente por isso apóia todo movimento dos explorados contra seus exploradores e contra o Estado burguês.

Outro grupo, dos reformistas, persegue a conciliação com a burguesia. Mas, a fim de não perder sua influência sobre os operários, é empurrado contra os próprios desejos de seus dirigentes a apoiar os movimentos parciais do proletariado contra a burguesia.

Finalmente, existe um terceiro agrupamento: os centristas, os que vacilam constantemente entre os dois, e não têm uma atuação independente.

As circunstâncias, portanto, tornam completamente possíveis as ações conjuntas a respeito de uma série de questões vitais entre os operários unidos em torno dessas três organizações respectivamente, e as massas organizadas que as apóiam.

Os Comunistas, como já temos dito, não devem se opor a tais ações senão que, pelo contrário, devem assumir a iniciativa, precisamente pela razão de quanto mais sejam impulsionadas as massas para o movimento tanto maior será sua confiança em si mesmas, o movimento de massas terá mais confiança em si mesmo e será mais capaz de marchar resolutamente adiante, não importa quão modesta seja a consigna inicial de luta. E isso significa que o crescimento do conteúdo de massas do movimento o faz revolucionário e cria condições muito mais favoráveis para as consignas, métodos de luta e, em geral, para o papel dirigente do Partido Comunista.

Os reformistas temem o potente espírito revolucionário das massas; sua arena mais apreciada é a tribuna parlamentar, os escritórios dos sindicatos, as Cortes de justiça, as ante-salas dos ministérios.

Pelo contrário, o que nos interessa, a parte de toda outra consideração, é arrancar os reformistas de seu paraíso e colocá-los ao nosso lado diante das massas. Usando uma tática correta, só podemos ganhar. O comunista que duvida ou teme isto parece aquele nadador que aprovou

as teses sobre o melhor modo de nadar, mas não quer arriscar-se a mergulhar.

6. A unidade da frente pressupõe assim mesmo, dentro de certos limites e em torno a questões específicas, correlacionar na prática nossas ações com as das organizações reformistas, frente àquilo em que estas ainda hoje expressem a vontade de importantes setores do proletariado combativo.

Mas, depois de tudo isso, não nos separamos ontem deles? Sim, porque não estávamos de acordo nas questões fundamentais do movimento operário.

Apesar disso buscamos acordos com eles? Sim, em todos aqueles casos em que as massas que os seguem estão dispostas a ligar-se numa luta conjunta com as massas que nos seguem, e quando os reformistas em maior ou menor grau são empurrados a transformar-se em um órgão dessa luta.

Mas, não dirão que depois de separarmos deles ainda precisaremos deles? Sim, seus charlatães poderão dizer isso. Aqui e lá alguns elementos de nosso Partido podem se assustar com isso. Mas no que diz respeito ao conjunto das massas proletárias - ainda aquelas que não nos seguem e ainda não compreendem o objetivo que perseguimos, mas que vêm duas ou três organizações operárias conduzindo uma existência paralela, essas massas tirarão a seguinte conclusão de nossa conduta: que apesar da separação, estamos fazendo todo o possível para facilitar a unidade da ação das massas.

7. A política tendente a assegurar a Frente Única, evidentemente, não inclui garantias de que a unidade de ação será alcançada em todos os seus pontos. Pelo contrário, em muitos casos, e talvez na maioria deles, os acordos organizativos serão alcançados pela metade e não o serão no todo. Porém, é necessário que as massas em luta tenham sempre a possibilidade de convencer-se de que a impossibilidade de alcançar a unidade de ação não se deveu a nossa política irreconciliável senão à falta de uma real vontade de luta por parte dos reformistas.

Ao entrar em acordo com outras organizações, naturalmente assumimos uma certa disciplina na ação. Mas esta disciplina não pode ser absoluta. No momento em que os reformistas comecem a colocar um freio na luta, em detrimento do movimento e a atuar contra a situação e vontade das massas, nós, como organização



independente, sempre nos reservaremos o direito de dirigir a luta até o fim, e isto sem nossos semi-aliados temporários.

Isto pode dar lugar a uma nova agudização de luta entre nós e os reformistas. No entanto, esta já não implicará uma simples repetição de um conjunto de idéias dentro de um círculo fechado, senão que significará - se nossa tática é correta - a extensão de nossa influência sobre setores novos e virgens do proletariado.

8. É possível ver em nossa tática uma reconciliação com os reformistas somente do ponto de vista do jornalista que pensa que se afasta do reformismo criticando-o ritualmente, sem sequer abandonar seu escritó-

rio de redação, que teme se chocar com o reformismo diante das massas, e teme dar a estas últimas a oportunidade para colocar comunistas e reformistas num mesmo plano de luta de classes. Nesta aparência de temor revolucionário à "reconciliação" aceita-se em essência uma passividade política que busca perpetuar uma ordem de coisas em que os reformistas e os comunistas têm cada um suas esferas de influência rigidamente demarcadas, seu próprio público nas manifestações, sua própria imprensa e que tudo isso cria a ilusão de uma séria luta política.

9. Rompemos com os centristas e reformistas a fim de obter uma completa liberdade de criticar a deslealdade, a traição, a

indecisão e o espírito passivo no movimento operário. Por essa razão, todo tipo de acordo organizativo, que corte nossa liberdade de crítica e de agitação, é completamente inaceitável para nós. Participamos na Frente Única, porém em nenhum instante nos diluímos nela. Atuamos na Frente Única como um grupo independente. É precisamente no curso da luta que o conjunto das massas deve aprender pela experiência que nós lutamos melhor que os demais, que enxergamos melhor, que somos mais audaciosos e resolutos. Desta forma, nos aproximamos cada vez mais da conquista da Frente Única revolucionária, sob a indiscutível direção comunista.

## Londrina debate a Revolução Russa

Estudantes de cursinhos populares, trabalhadores e universitários participaram no dia 8 de dezembro do debate organizado pela Corrente Proletária na Educação/POR sobre a Revolução Russa.

Foi feita uma apresentação inicial para localizar historicamente o processo de amadurecimento das condições materiais e da disposição das massas russas que levaram à tomada do poder do Estado. Destacou-se o papel da guerra imperialista (1914-1918) na desagregação do regime czarista e elevação da revolta popular contra ele.

O outro aspecto abordado foi a importância decisiva do Partido no processo revolucionário, a intensa luta entre as di-

versas correntes e as circunstâncias que colocaram o Partido Bolchevique à frente da revolução.

No debate que se seguiu, foram aprofundadas estas idéias. Os participantes refletiram a atualidade dos problemas colocados pela Revolução Russa, principalmente o da direção revolucionária, fazendo paralelos com situações revolucionárias em outros países depois de Outubro de 1917.

Foi um debate politizado, que permitiu a reflexão dos jovens e trabalhadores sobre as lições da Revolução Russa para o proletariado do mundo inteiro, e que, ao contrário dos debates acadêmicos, centrou-se no papel do partido revolucionário, na conquista do poder e construção do socialismo.

## Adquira com o distribuidor deste jornal

**90 anos da Revolução Russa - 1917-2007**



**Defesa da Revolução e Ditadura Proletária**  
**Construir o Partido Mundial da Revolução Socialista**  
**Reconstruir a IV Internacional**

**POR** Partido Operário Revolucionário

**Jornal**  
**EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS**  
**MASSAS**

**90 anos da Revolução de 1917: A Revolução Russa e a Guerra**



**Artigos do Lenin de 1914 e 1917**

**Partido Operário Revolucionário**

**MASSAS**

**Nesta edição:**

- Conferência do POR/Bolívia
- O M.A.S. pariu com forceps seu projeto de Constituição
- Esmagar a conspiração fascista com a revolução socialista! Governo Operário e Camponês!
- Evo se arrasta diante dos governadores buscando a reconciliação
- Genocídio sionista contra o povo palestino



# Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

## Conferência Extraordinária do P.O.R

### Outubro de 2007 - (Resumo)

O P.O.R. é o único que tem caracterizado o MAS e seu governo como burguês, quando o conjunto da esquerda reformista se somou entusiasta ao trem oficialista com o argumento de que se inicia um “processo de mudanças profundas” no país. Nossa caracterização parte de uma análise estritamente marxista: os partidos, as tendências ideológicas etc., definem seu conteúdo de classe em função de sua posição frente à propriedade. No caso do MAS, expressa, através de sua ala indigenista, a massa de camponeses pequenos proprietários e, através da quadrilha de pequeno-burgueses “esquerdistas” reformistas -que são os que dirigem o MAS-, a defesa da ordem burguesa, ou seja, da grande propriedade privada.

No processo, antes das eleições, durante a campanha eleitoral e depois, quando já se torna governo, o MAS confirma categoricamente nossa análise. Para atrair o voto da classe dominante e a confiança do imperialismo, despeja uma campanha gigantesca mostrando-se como defensor da grande propriedade privada dos meios de produção, promete aos investidores estrangeiros e nacionais segurança jurídica, jura se submeter ao ordenamento jurídico burguês e realizar as “grandes transformações” no marco da democracia burguesa. Seu teórico mais importante coloca a tarefa de consolidar um capitalismo andino – amazônico, a partir do fortalecimento da pequena propriedade privada imperante no campo e nas cidades.

Na prática, em sua política hidrocarbonífera e mineira, sua aspiração máxima é converter o Estado boliviano em sócio das grandes transnacionais e, no problema da terra, modificar a lei INRA, assegurando a existência do grande latifúndio com a única condição de que cumpra um fim econômico social, além de contemplar outras vantagens para os latifundiários como as terras de descanso, de projeção de crescimento etc.

Só o POR desenvolve a tese de que entre a “Meia Lua” e o MAS existe uma diferença de grau dentro da politicagem burguesa. A primeira representa a direita mais cavernária e primitiva e o MAS o reformismo burguês, que está condenado a acentuar seus traços reacionários na medida em que os explorados se emancipem de seu controle e se choquem com a política que desenvolve.

As fricções entre os dois extremos da política burguesa se atenuam na medida em que os explorados, usando a ação direta, questionam o destino dos interesses materiais da classe do-

minante e do imperialismo.

Por outro lado, se confirmou plenamente nossa posição frente à Assembléia Constituinte. Temos assinalado que se trata de um circo que está condenado a fracassar porque não se pode transformar estruturalmente este país ditando leis; que o governo do MAS, pela política que desenvolve, não pode ir além dos remendos à Constituição no marco burguês.

Os resultados são muito mais dramáticos, a falência da Constituinte mostra o total esgotamento político da classe dominante.

O governo mostra sua verdadeira natureza burguesa na medida em que se vê obrigado a defender, cada vez de maneira mais franca, os interesses materiais da classe dominante, esgotando a desmedida demagogia com que debutou ao se instalar no Palácio Queimado.

Este processo de desmascaramento direitista do governo já não tem retorno, está condenado a acentuar suas concessões ao imperialismo, aos empresários e à Meia Lua. O processo político atual nos conduz mais cedo ou mais tarde a um inevitável choque entre o oficialismo e os explorados que, impulsionados pela miséria devida à alta permanente dos preços dos artigos de consumo, a falta de fontes de trabalho, a queda vertical na capacidade de pagamento dos soldos e salários etc. e à incapacidade do governo para atender e resolver suas necessidades mais elementares, se verão obrigados a sair às ruas e protagonizar grandes mobilizações. Neste processo, é imperioso que o POR, direção revolucionária dos explorados do país, ajuste sua estrutura organizativa a fim de se colocar à altura da situação política e do processo de diferenciação das massas frente ao MAS e se converter na direção física das massas oprimidas.

Devem-se estruturar células bolcheviques, de revolucionários profissionais, teóricos, propagandistas, organizadores. Existe a necessidade de reconduzir a organização voltando-a ao setor operário – proletário, assimilando criticamente a rica experiência passada e, conseqüentemente, superando as falhas que se cometeram.

Deve-se ampliar a difusão do jornal MASAS. Como medida imediata, resolve-se que as células incrementem seus quadros em pelo menos um número a mais por militante.

*(extraído do jornal Masas boliviano, nº 2062, de 23/11/07)*

## O M.A.S. pariu com forceps seu projeto de Constituição

A “nova Constituição” aprovada em Oruro pela maltrapilha Assembléia Constituinte acabou sendo uma filha bastarda da burguesia. O pai (o burguês) se nega a reconhecê-la simplesmente porque a mãe (o M.A.S.) é de ocasião, uma garota complacente e loucamente apaixonada pelo modo de vida (a sociedade capitalista) do pai, e que se entregou por completo a todos os caprichos do mal-agrado, que agora, por ser um miserável (não quer soltar nem um centavo do bolso), a desconhece.

Tal como assinalamos, a criatura saiu igualzinha ao pai em tudo, respeita e garante a propriedade privada, especialmente a grande: a das transnacionais, a dos latifundiários, a dos empresários privados, os banqueiros, enfim a de todos os exploradores sanguessugas.

Mas o miserável insiste em que a menina não é sua e lhe atribui traços que não tem, por aí anda dizendo que é “socialista”, que o pai não é ele e sim Fidel ou Hugo Chávez, que quer deixá-lo sem nada e se apropriar de seus bens.

A conspiração direitista contra o governo do M.A.S. não parará nem com a convocatória do governo para um referendo revogatório; os Prefeitos da chamada “Meia Lua” não só rechaçam a Constituição aprovada pela Constituinte em Oruro, mas abertamente convocam a as forças armadas a se rebelarem contra o Alto Comando; Declaram-se em rebeldia e ameaçam pôr em vigência de fato (dizem eles de Direito) as autonomias departamentais a partir de 15 de dezembro. A Constituição aprovada pelo M.A.S. em Oruro mantém vigente o regime de exploração capitalista, não modifica em nada a estrutura econômica do país, portanto não é possível que resolva nenhum dos problemas fundamentais do país e das massas exploradas.

Já assinalamos que a estrutura econômica de um país não se muda simplesmente pela via da reforma constitucional. O Capitalismo atrasado que caracteriza nosso país tem como principal obstáculo para seu desenvolvimento a propriedade privada em suas três formas: grande, média e pequena. Uma mudança estrutural na sua base econômica, supõe antes de tudo uma mudança no regime de propriedade imperante, ou seja, que se liquida a propriedade privada dos meios de produ-

ção para substituí-la pela propriedade social. Isso supõe antes de tudo a realização da Revolução Social, a **insurreição armada de operários e camponeses para implantar a Ditadura do Proletariado** encarregada de cumprir as tarefas não realizadas pela burguesia, como o desenvolvimento do país, criar um poderoso mercado interno, industrializar a agricultura, acabar com a opressão das nacionalidades indígenas etc., com métodos socialistas, estatizando os principais meios de produção, planejando a economia e monopolizando o comércio exterior e se projetando no plano internacional para quebrar o imperialismo, instrumentos indispensáveis para tirar a Bolívia da miséria extrema, o desemprego e o atraso geral. Por isso, devemos compreender que o regime de propriedade não é simplesmente um tema a mais da Constituição, na realidade é o tema central, a coluna vertebral de qualquer Constituição, ao redor de como se refira a ele se construirão todos os demais temas.

A luta entre a direita cavernária e fascista e o governo reformista pró-burguês, pela aprovação ou não da “nova Constituição” coloca uma falsa disjuntiva para os explorados. Aqui o concreto é que a direita fascista, racista e perdidamente vende-a-pátria teremos de varrê-la nas ruas e pela força, não em referendos que em definitivo não lhe fazem mal porque não põem em questão a base econômica do poder burguês: a **propriedade privada dos meios de produção**, origem da opressão e exploração sobre as maiorias trabalhadoras, cuja miséria aumenta a cada dia.

**Os explorados devemos conformar uma só frente para varrer a conspiração direitista e, sobre seu cadáver, avançar deixando de lado as imposturas do reformismo masista, retomar a política revolucionária do proletariado, materializar a revolução social, expulsar do poder os exploradores destruindo o alicerce do regime de exploração capitalista: a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção e estabelecer a propriedade social dos mesmos (socialismo). Só então seremos governo e poderemos enfrentar a tarefa de tirar o país do atraso, atender e resolver as necessidades do conjunto dos explorados.**

*(extraído do Masas boliviano n°2065, de 14/12/07)*

## Esmagar a conspiração fascista com a revolução socialista! Governo Operário e Camponês!

O plano conspirativo da burguesia fascista e racista, que atua através dos Comitês Cívicos e dos Governadores da chamada “Meia Lua”, consiste em arrastar suas regiões, com o argumento das autonomias departamentais, a se levantarem em rebelião contra o governo e derrubá-lo. Fizeram de tudo para que a Constituinte não saísse nenhuma Constituição para assim levantar as bandeiras da implantação das autonomias em suas regiões. A autonomia como instrumento que lhes permita serem donos e senhores em seus feudos e embolsar os recursos fiscais (impostos).

O Projeto de Constituição masista aprovado pela Constituinte reunida em Oruro defende até o fim a propriedade privada dos meios de produção - pedra fundamental sobre a que se assenta o regime de opressão capitalista -, ou seja, a escravização das massas camponesas, do proletariado e dos setores popula-

res em general; reconhece autonomias departamentais com poderes legislativos. O Ministro da Defesa, W. San Miguel, assinalou que o Departamento de Estado dos EUA deu seu aval à Constituição masista. Em que isso pese, a arremetida direitista carregada de um ódio cego, racista e fascista, segue adiante. A convocatória do Presidente ao referendo revogatório de seu mandato e dos Governadores, seu chamado ao diálogo, não serviram para aplacar a fúria da direita.

No fechamento desta edição, os cívicos e os Governadores da “Meia Lua” anunciam a aprovação e aplicação de fato de seu “Estatuto Autônomo” neste 15 de dezembro, ao mesmo tempo em que o governo anuncia mobilizações para o ato de entrega do novo texto Constitucional em La Paz. Grupos de choque fascistas em Santa Cruz jogam boatos nas ruas e chamam a população a se provisionar de alimentos e combustível, prevenindo



o que possa ocorrer; Organizam-se grupos de “cruceños dispostos a morrer e matar” pela autonomia e convocam os “militares patriotas” a desobedecerem ao Alto Comando, a imprensa burguesa assinala que o caminho empreendido é irreversível.

**Os explorados devemos, em uma só frente, sair diante da conspiração fascista da burguesia racista e vende-a-pátria, preparar-nos e armar-nos para esmagá-la nas ruas e, sobre seu cadáver, instaurar nosso próprio governo: o governo operário-**

**rio-camponês, a ditadura do proletariado contra os exploradores, que acabará com a propriedade privada dos meios de produção e instaurará a propriedade social para que os meios de produção sejam de toda a sociedade e não de uns quantos exploradores.**

**O reformismo burguês do MAS só nos leva à derrota, é preciso pisar e passar por cima dele.**

*(extraído do Masas boliviano n°2065, de 14/12/07)*

## **Evo se arrasta diante dos governadores buscando a reconciliação**

O diálogo entre governo e governadores pôs em evidência até que ponto Evo e seu governo são uns miseráveis lacaios dos burgueses.

Evo se mostra desesperado em conseguir um acordo com os governadores, sobre a base do respeito à propriedade privada, à legalidade e à democracia burguesas. Está disposto a compatibilizar o Projeto de Constituição aprovado na Constituinte com os Estatutos Autônomicos redigidos pelas oligarquias regionais (demonstração palpável de que a tal Constituinte é uma farsa, no final a sorte do país será decidida fora dela pelos politiquês de sempre), reconsiderar o financiamento do Bono Dignidade com recursos do IDH, etc., etc.

A proposta do governo não desperta o menor entusiasmo dos Governadores porque sabem que nada disso está em perigo. Os Governadores da “Meia Lua” estão fazendo seu papel: tornando-se duros, pressionando para arrancar do governo a ansiada autonomia no sentido que as burguesias regionais a concebem: um instrumento que lhes permita ter o controle absoluto em suas regiões, dispor da maior quantidade de recursos públicos, especialmente o IDH, decidirem sobre a posse da terra e inclusive sobre a exploração dos recursos naturais.

O sonho de Evo é conquistar a confiança dos exploradores e marchar de braços dados com eles, disse isso quando o Presidente Lula do Brasil visitou a Bolívia, acompanhado de uma delegação de empresários brasileiros, sublinhando que invejava Lula porque ele tem o apoio dos empresários.

## **Qualquer coisa que saia do Diálogo entre Evo e os governadores não resolverá a fome dos trabalhadores**

Está aberta a possibilidade de um acordo entre os aparentemente irreconciliáveis inimigos: o governo e a burguesia nativa da região oriental da Bolívia.

Para o reformista Evo (pretensão representante dos povos indígenas secularmente oprimidos, caudilho desse amalgama de “esquerdistas” pequeno-burgueses oportunistas e indigenistas impostores que constituem o M.A.S.) e os Governadores (representantes da burguesia crioula ultra-direitista e vendida aos interesses imperialistas), o que os une é a defesa da ordem capitalista, da propriedade privada sobre os meios de produção. Essa prerrogativa está fora de discussão. A luta entre eles se reduz à busca pelo controle do aparato e dos recursos do Estado.

Por isso, independentemente de que consigam fazer um

O diálogo pôs em evidência o que o P.O.R. tinha assinalado: o governo masista é burguês pela política que desenvolve, entre ele e a oposição de direita não existem discrepâncias de fundo, são irmãos de sangue, defensores do sistema de exploração e opressão capitalista. No famoso diálogo acaso são discutidos os problemas dos explorados: a falta de trabalho, os salários miseráveis, a sede de terra do camponês, sua extrema miséria, o controle soberano sobre os recursos naturais, etc.? Não, toda a discussão gira em torno de quem controla o poder político e os recursos econômicos do Estado. O índio impostor e a oposição direitista são, cada um a seu modo, expressões da decadente classe dominante nativa, incapaz de resolver os problemas nacionais, e sempre servis ao imperialismo.

Pode ser que cheguem a um acordo ou que finalmente levem suas discrepâncias a um referendun revocatório, como anunciaram para logo depois continuar enganando as massas exploradas com suas histórias democráticas burguesas ou que finalmente sigam com suas bravatas e seus murros na mesa. Isso já não deve nos interessar.

O despertar das massas exploradas que velozmente vão assimilando que o M.A.S. é uma farsa, que é inimigo dos pobres, tem de se traduzir na luta independente dos explorados contra seus inimigos: o imperialismo, a burguesia e seus lacaios, pela revolução social que destrua a base econômica da ordem burguesa: a propriedade privada dos meios de produção estabeleça a propriedade social sobre os mesmos.

*(extraído do Jornal Masas Boliviano n° 2067, de 18/01/2008)*

acordo que os fortaleçam como opressores dos explorados, ou que continuem em sua luta (definitivamente fictícia) pelo controle do poder, a fome do povo trabalhador (proletários, camponeses, artesãos, professores, desempregados, etc., etc.) continuará sem solução.

Em que beneficiará os explorados esta luta mesquinha e mentirosa entre a burguesia e seu governo lacaios? Em nada! É uma farsa que no final acaba distraindo a luta das maiorias oprimidas por pão, trabalho, educação, saúde, etc.

Nós explorados devemos acabar com todas as expressões políticas dos exploradores, esmagar a direita fascista, racista encarnada nos Comitês Cívicos da “Meia Lua” e passar por cima dos lacaios reformistas do M.A.S. e seu governo para ma-

terializar a revolução social que acabe com o poder da burguesia e das multinacionais eliminando a propriedade privada sobre os meios de produção e instaurando a propriedade social sobre os mesmos.

Para o governo impostor temos que intimidar, ou resolver o problema da fome do povo ao qual diz defender e representar ou que vá para o inferno junto com seus irmãos de sangue: os burgueses.

Nossas reivindicações são:

- Salário mínimo vital com escala móvel.
- Trabalho permanente para todo desempregado.
- Toda a terra aos camponeses.
- Fazendas coletivas modernas e produtivas para tirarem o camponês da miséria e do atraso superando a pequena propriedade improdutivo.

*(extraído do Jornal Masas Boliviano nº 2067 de 18/01/2008)*

Setores radicalizados se rebelam contra Evo Morales

Depois do encontro com os governadores do país; Morales adotou uma postura francamente conciliadora e chegou ao extremo de conceber a necessidade de conciliar o projeto de constituição aprovado com os Estatutos Autônomos da “Meia

Lua”. As reações dos setores radicalizados de ambas as frentes não esperaram muito; de um lado diziam que a nova Constituição é incompatível com os Estatutos Autônômicos; do outro argumentam que não pode haver compatibilização entre uma Constituição ilegal e os Estatutos que são fruto da “vontade popular”. O dirigente indígena Román Loayza, em tom agressivo, diz que Evo Morales não tem competência para modificar uma vírgula da nova Constituição.

De longe se percebe a confrontação cada vez mais beligerante de tendências no interior do partido governante, ao ponto de colocar em suspeita a palavra de um de seus caudilhos que goza da maior autoridade política. Este fenômeno, uma vez mais, põe em evidência que o oficialismo é um saco de gatos sem programa nem rumo. No seu seio coexistem tendências mais dispare que freqüentemente se chocam porque representam interesses materiais distintos e até opostos.

A agudização da luta de classes esmagará a montanha socialista porque, inevitavelmente, as tendências mais radicais que se opõem aos oportunistas da classe média serão arrastadas pela política revolucionária do proletariado.

*(extraído do Jornal Masas Boliviano nº 2067, de 18/01/2008)*

## Genocídio sionista contra o povo palestino

Na segunda semana de janeiro, em visita ao Oriente Médio, Bush anunciava que é preciso a assinatura de um acordo de paz entre Israel e Autoridade Palestina (AP). Na segunda semana, o exército de Israel ataca a Faixa de Gaza e mata 19 palestinos, entre militantes do Hamas e civis.

A mortandade ocorreu quatro dias depois de encontros de Bush com o governo de sionista e o presidente da AP.

Mahmud Abbas aperta as mãos de Ehud Olmert/Bush, põe Ahmed Korei para negociar a “paz” com Tzipi Livni (chanceler israelense) e depois reclama: “Houve um massacre contra nosso povo hoje e dizemos ao mundo que não permaneceremos em silêncio contra tais crimes”.

Hipócrita traidor, é o que devem pensar os palestinos que não se curvaram ao imperialismo e ao sionismo.

Três dias depois, novo ataque, com mais 7 mortos. Olmert promete responder com mais bombardeiros aos foguetes do Hamas, que de tão inócuos não mataram um judeu sequer. Mas os mísseis da força aérea, de alta tecnologia bélica, matam palestinos como se fossem moscas.

O que diz o presidente da AP, Mahmud Abbas, depois de 30 mortos em Gaza? Que os ataques de Israel eram “um tapa na cara dos esforços de paz” de Bush. Hipócrita vendido! Bush garante o Estado sionista e sua estratégia expansionista na Palestina.



*Bombardeios incessantes de Israel sobre os palestinos vão matando dezenas*

Cumprindo sua promessa, Olmert decretou bloqueio de suprimento de combustível à Faixa de Gaza. Um blecaute atingiu atividades essenciais, hospitais, padarias etc. A população saiu às ruas contra a prepotência fascista do governo judeu.

Gaza faz fronteira com Egito, mas não ouviu o apelo do governo do Hamas para que a abrisse. A feudal burguesia egípcia e seu governo monárquico são arrastados pela coleira norte-americana, que para isso lhes presta “ajuda” financeira.

Mas cresceram os protestos de massa em vários países do Oriente Médio, entre eles o Egito. A ONU aconselhou Israel a ter um gesto humanitário e abrir as fronteiras. A pequena entrada de alimentos, combustíveis e remédios concedida não tirará a faca do pescoço da população palestina.

Bush passou por alguns países da região, fez discurso da paz americana, fez bons negócios de venda de armas no valor de US\$ 20 bilhões (para a Arábia Sau-

ditá, um sistema de bomba guiada), virou as costas e os sionistas fizeram a festa com seus bombardeios sobre Gaza.

Não há paz alguma. O imperialismo e seu braço armado sionista no Oriente Médio não podem admitir a volta de 5 milhões de palestinos refugiados, criação de um Estado palestino independente, entrega de toda área ocupada e fim da expansão colonialista. Não há como conviver um Estado palestino com o Estado sionista, imposto à força pelo imperialismo.

O Estado palestino negociado com a AP de Abbas é uma ficção. Trata-se de uma rendição ao domínio do Estados Unidos/Israel. A tomada da Faixa de Gaza, em junho de 2007, pelo Hamas constituiu um golpe na estratégia norte-americana. Não há como progredir o acordo de capitulação da Cisjordânia sob a AP com a Faixa de Gaza conflagrada.

Os ataques sionistas, o morticínio, a construção da muralha, o fechamento da fronteira, o blecaute e a imposição da fome em toda Gaza objetivam esmagar a resistência do Hamas e da população. Os trabalhadores do mundo inteiro devem combater o genocídio dos palestinos e defender a unidade das massas exploradas do Oriente Médio para derrotar o militarismo sionista/imperialista, varrer a feudal burguesia e seus governos e estabelecer as bases de transformações socialistas.